

Artigo 3

Tema
REPRESENTAÇÃO SOCIAL

Desconstruindo mitos – Compensar? Regenerar? Recuperar a visão?

Unbuilding myths – To compensate? To regenerate? To recover sight?

Lucia Maria Filgueiras da Silva Monteiro

RESUMO

Este texto tem como principal foco desconstruir mitos acerca de falsas premissas que ainda hoje permeiam as discussões sobre limites e impossibilidades de pessoas cegas e de baixa visão, bem como refletir sobre o processo de desconstrução do que foi uma experiência de recuperação da visão. Aborda o tema da compensação, de percentuais matemáticos aplicados ao grupo deficiente visual e ainda teoriza sobre o momento vivido por pessoas que, ao tentar recuperar a visão, deparam com a experiência da aprendizagem.

Palavras-chave: Deficiente visual. Cegueira. Baixa visão. Aprendizagem.

ABSTRACT

The main purpose of this text is to unbuild myths about false premises that, even today, permeate the discussions regarding the limits and impossibilities of blind and low-vision persons, as well as to reflect on the unbuilding process of an experience of sight recovery. It also focuses on the theme of compensation, of mathematical percentages applied to the visually impaired group, and it still theorizes about the moment lived by persons who, on trying to recovery their sight, face the experience of learning.

Keywords: Visually impaired. Blindness. Low vision. Learning.

Aparência

Você não vê a Terra em movimento, a vibração, o som.

Não lhe aparece o que resfria, movimenta e aquece.

Não vê sequer seu próprio pensamento.

Nem o átomo enxerga, nem o vento,
nem todo o corpo seu, nem como cresce,
nem a causa de tudo o que acontece
E se algo enxerga a mais é com instrumento.

Sinta o amor com pureza e retidão,
Procure entender bem quem fica mudo
e valorize menos a visão.

Diante destas verdades que eu alego,
entenderá que o sentimento é tudo
e que afinal você é quase cego.

Benedita de Melo

1. Introdução

Podemos começar esta reflexão pela consideração do que seja um mito e o quão difícil é sua desconstrução. Muitas vezes, consideramos mito como sendo uma falsa ideia sobre algo, uma lenda, e assim por diante. Um mito, na verdade, é a expressão de uma realidade para aqueles que nele acreditam. É uma verdade para um grupo durante um tempo histórico.

Torna-se mito justamente quando deixa de ser real para um determinado grupo, fruto de uma comprovação científica ou de uma nova descoberta, e permanece como verdade para outros, que nem sempre aceitam o novo ou que apenas o desconhecem. A permanência dessa realidade ou conceito em algumas mentes faz com que surja um mito. Seguindo-se essa linha de raciocínio, toda crença teórica pode vir a se tornar um mito.

Por isso, ao teorizarmos sobre mitos, entramos em um terreno em que há construção e desconstrução.

Hoje, a ciência nos impõe permanentemente esse processo, quando desmonta antigos paradigmas em um espaço de tempo cada vez mais curto. No momento em que há essa substituição paradigmática, percebemos que a antiga crença era apenas um mito, fruto tanto do desconhecimento como do conhecimento que estava por vir. Esse processo tem se dado cada vez mais rapidamente, e acompanhá-lo é uma virtude, pois não é fácil abandonar ou repensar teorias. Uma nova e inquietante realidade permeia a comunidade científica, bem como o meio acadêmico. Essa maleabilidade para aceitarmos que algo em que acreditávamos como verdade possa ser um mito, fruto de nossas limitações científicas, ou mesmo de nosso desconhecimento, torna-se hoje condição fundamental para que o cientista avance. Tal fenômeno tem uma temporalidade própria e desafia a todos nós.

A flexibilidade e a permeabilidade ao novo são, hoje, condições essenciais àqueles que pretendam lidar com o conhecimento e com a pesquisa, pois estes não podem prescindir da atualização a que estão sujeitos, o que é fundamental para o seu desenvolvimento.

E o que é a pesquisa senão a busca do desconhecido? Mesmo que este esteja impregnado tanto do “novo” como do “velho”, permeado de e pela subjetividade do pesquisador e do objeto pesquisado.

Nessa linha de raciocínio, recorremos à filosofia de Gaston Bachelard,¹ que propõe um novo espírito científico aberto à desconstrução e ao questionamento. Uma proposta forjada em uma dialética permanente, em um processo de ajustamento recíproco da teoria e da experiência. Uma proposta de desconstrução de saberes cristalizados ao longo do tempo, reféns de uma postura científica com uma visão de permanência e de verdades tomadas como absolutas e perenes.

Esse pensamento filosófico moldado pela problematização percebe a temporalidade das ideias, a fluidez do conhecimento e a necessidade de uma postura inventiva com poder de criação que possa dar conta dessa mobilidade constante. Para Bachelard, “seja qual for o ponto de partida da atividade científica, essa atividade não pode convencer plenamente, a não ser abandonando o terreno de base: *se experimenta, precisa raciocinar; se raciocina, precisa experimentar*”. Japiassu (1982, p. 23) nos diz que

Uma verdade científica é uma verdade que tem futuro, pois se insere no tempo humano, o único que conhecemos.

Não pode ser congelada, tomada como algo em si, pois se oporia à circulação das verdades e constituiria um fator de inércia para o espírito. Só é encontrada após um verdadeiro arrependimento intelectual, pois é reformando-se que se forma o espírito científico. E quem acredita jamais se enganar engana-se sempre.

Com esse referencial de instigante questionamento atrelado a uma postura de humildade científica, propomos, neste trabalho, uma reflexão sobre alguns mitos que, marcados por representações sociais arraigadas durante a história, ainda perpassam o imaginário coletivo. E é neste imaginário que pretendemos intervir neste momento.

Nosso foco de desmistificação, neste artigo, relaciona-se à cegueira e aos sujeitos cegos e de baixa visão. Percebemos que o desconhecimento sobre questões inerentes à deficiência visual, a qual afeta em todo o mundo aproximadamente 314 milhões de pessoas, 45 milhões sendo cegas (OMS, 2009), traz para esse grupo muitas dificuldades para sua inclusão social; portanto, torna-se importante conhecer o assunto, desconstruir mitos, para que possamos mudar esse *status quo*.

Mesmo que pensemos que esses mitos já foram bastante estudados e comentados pelo auditório de pesquisadores especialistas em deficiência visual, ainda percebemos como necessária a discussão dessas questões à luz de teorias e de pesquisas recentes, as quais dão suporte teórico-científico a esta discussão.

2. Recorte histórico

Na Idade Média, com o apogeu do cristianismo, criaram-se mitos relacionados aos deficientes de um modo geral, tal como a ideia de uma expiação de pecados, fazendo com que fossem alvo da caridade e compaixão alheias. Aqueles que os ajudavam pensavam estar comprando seu passaporte para o reino dos céus (BRUNO; MOTA, 2001).

Com relação à cegueira, mitos relacionados a poderes sobrenaturais de adivinhação, premonição, entre outros, permearam o cotidiano dos deficientes visuais nessa época.

Muitos deles permanecem povoando o imaginário coletivo ainda hoje. Percebemos ainda nas instituições que atendem deficientes uma postura ideológica talvez refém do que falamos anteriormente sobre “passaporte para o reino dos céus”, a qual demandaria uma reflexão, como, por exemplo, a permanência do funcionamento dessas instituições por meio do trabalho voluntário. Nada contra o voluntariado, todavia tais instituições, muitas vezes sucateadas pelo poder público, apoiam-se e agarram-se nessas iniciativas como solução para seus problemas e como um meio de manter sua sobrevivência.

O trabalho voluntário e as “doações redentoras” feitas por causa do hábito dos doadores de “pagarem suas promessas”, enviando verbas aos locais que “cuidam” dos deficientes, mascaram tanto o descaso com essa população pelo viés político quanto uma postura assistencialista. Torna-se imperioso conhecer esse universo, tentando entender melhor a realidade dessas pessoas, que certamente não merecem esse olhar “caridoso” e, sim, uma atitude profissional respeitosa.

O movimento de pesquisas na área da deficiência visual, sendo cada vez mais divulgado, trará, certamente, benefícios a esse grupo social, não apenas no campo técnico-científico, mas, sobretudo, para que a “famosa inclusão” desses indivíduos possa se dar com o mínimo de falsas premissas e idealizações possíveis, intervindo, assim, nas condições de seu processo de aceitação pela sociedade (MONTEIRO, 2003).

3. Alguns mitos

Focamos este trabalho em dois mitos que frequentemente aparecem nas discussões sobre deficiência visual. O primeiro deles é o da compensação, palavra usada com diferentes acepções nos estudos sobre deficiência de um modo geral, mas que no caso da deficiência visual contextualiza uma situação de substituição e de aperfeiçoamento de um sentido na falta de outro. Ousamos dizer, uma falsa ideia de que a privação de um sentido possa ser compensada. Esse tema inicialmente nos pareceu bastante falado e comentado, principalmente no âmbito da deficiência visual. O outro é o da recuperação da visão e da consequente reaprendizagem da utilização desse sentido.

Em nossa revisão bibliográfica, não encontramos comprovação científica da premissa da compensação como questão fechada, a não ser em relatos puramente fisiológicos, os quais mencionam que os deficientes visuais não escutam melhor que os videntes pelo fato de não enxergarem. As discussões sobre compensação baseiam-se em diferentes vieses, advindos de diversas linhas teóricas, as quais, no entanto, apoiam-se basicamente em processos estudados com relação aos que enxergam ou aos cegos congênitos, quando comparados.

Um dos entendimentos do que seria essa compensação é a ideia de uma substituição ou mesmo de uma adaptação sensorial na qual os sentidos remanescentes compensariam a falta da visão. O que seria, *grosso modo*, dizer que, por estar privado desse sentido, o indivíduo cego imediatamente passaria a escutar melhor, ter melhor olfato, melhor paladar e melhor tato do que as pessoas que veem, a fim de compensar a falta da visão. Pesquisas recentes tentam finalizar a discussão; todavia, ainda não se percebe o consenso:

Cientistas canadenses provaram que a maioria das pessoas cegas compensam a falta de visão com o aprimoramento da audição. Em teste na universidade de Montreal, cegos apresentaram maior facilidade do que pessoas que enxergavam bem de identificar o lugar de origem dos sons. Pessoas com visão parcial não tiveram desempenho tão bom, sugerindo que a compensação auditiva varia com a extensão da cegueira. (*Jornal do Brasil*, 12 set. 1998)₂

De uma forma empírica, o que se pode dizer a esse respeito, tentando entender o que acontece, pode ser comprovado com o simples ato de fecharmos os olhos; este ato nem de longe nos aproxima da maneira de perceber o mundo de alguém cego, mas pode nos ajudar e nos aproximar do entendimento do que acontece na falta de um sentido.

Quando fechamos os olhos ou quando nos faltam condições para ver, como, por exemplo, na falta de luz, imediatamente passamos a dirigir nossa *atenção* aos estímulos captados pelos outros sentidos. Temos a impressão de estarmos ouvindo “melhor” do que antes, percebendo nitidamente mais diferenças no ambiente, como, por exemplo, a passagem de uma corrente de ar ou um som longínquo anteriormente despercebido. Interessante é pensar que repetimos esse tipo de comportamento (fechar os olhos) instintivamente, quando queremos focar nossa atenção em alguma tarefa que não envolva o sentido da visão, como, por exemplo, quando fechamos os olhos para ouvir música, rezar, meditar etc. Parece que, ao isolarmos o sentido da visão, concentramo-nos melhor na execução das tarefas citadas, as quais prescindem desse sentido para sua efetivação. Já no século XVIII, Diderot nos aponta:

Concluo daí que tiramos sem dúvida do concurso de nossos sentidos e de nossos órgãos grandes serviços. Mas seria de todo diferente ainda se nós os exercêssemos separadamente, e se nunca empregássemos dois nas ocasiões em que o auxílio de um só nos bastaria. Juntar o tato à vista, quando os olhos são suficientes, é atrelar os dois cavalos, que já são muito vivos, um terceiro na dianteira, o qual puxa de um lado, enquanto os outros puxam do outro. (1979, p. 7)

Telford e Sawrey (1971) compreendem esse fato como um ajustamento dos órgãos dos sentidos, salientando tanto uma correlação entre eles para uma melhor percepção como uma relação de competição entre eles. A conjunção dos sentidos para a execução de algumas tarefas é bem-vinda;

entretanto, para a execução de outras, é fator de dispersão. Podemos pensar na experiência da leitura. Esta requer, para a maioria das pessoas, um ambiente silencioso; se assim não fosse, bibliotecas não seriam espaços onde há essa exigência. No entanto, podemos ler em outros espaços não tão silenciosos, mas não podemos medir a qualidade dessa leitura no que tange ao que é absorvido, pois isso depende da capacidade individual de *concentração* de cada um.

Esses autores mencionam: “Ao mesmo passo que vários ajustamentos dos órgãos dos sentidos aumentam a potência dos estímulos pertinentes, ocorrem reações concomitantes, destinadas a abafar ou bloquear estímulos competidores” (1971, p. 172).

A mesma ideia é retomada recentemente por Hatweel: “a cegueira não provoca uma mudança nas capacidades sensoriais propriamente ditas, mas modifica sem dúvida a orientação da atenção e o modo de tratamento de dados auditivos” (2003, p. 85).

No momento em que vendamos os olhos, nossos sentidos remanescentes são aguçados, já que o sentido da visão parece ser o que mais nos dá informações sobre nosso entorno. Muitos autores, como Rathegeber (1981) e Cobo, Rodriguez e Bueno (2003), partilham da ideia de que a visão é responsável pela mediação de 70 a 80% das informações que o meio nos fornece. Os últimos autores escrevem que, “considerando que 80% das informações recebidas do meio são adquiridas pela via visual, podemos fazer uma ideia da quantidade de informações que deixam de ser recebidas quando não se dispõe desse sentido, e mais ainda se temos em mente o caráter globalizador da visão” (2003, p. 99).

Essa ideia, bastante difundida nos estudos sobre cegueira, merece um cuidado e uma contextualização para que não dê margem a interpretações errôneas. A premissa nos parece relacionada àqueles que enxergam, pois realmente captamos a maioria das informações pela visão, já que é o sentido que desde tenra idade nos guiou e pelo qual nossa atenção foi por mais tempo capturada.

Na maioria dos espaços e no caso que particularmente nos interessa, a escola, somos formados olhando a lousa, lendo os livros, observando os cartazes. Poucas vezes somos instigados a usar nossos outros sentidos na atividade escolar, principalmente o tato e a cinestesia.³

Essa ideia, apoiada nesse percentual matemático, deveria ser contextualizada, já que provoca um entendimento generalizante. No que tange ao processo de comunicação, as pessoas cegas realmente queixam-se bastante do fato de não poderem acompanhar, em pé de igualdade com os que enxergam, peças de teatro, comerciais e outras manifestações culturais, até mesmo uma conversa. O gestual lhes escapa. Um olhar sugestivo, uma intenção corporal, qualquer cena em silêncio lhes rouba o sentido e sua compreensão. Todavia, no campo educacional, teríamos outra visão desse mesmo percentual, caso contrário restariam aos deficientes visuais apenas 20 a 30% de possibilidades de apreensão das informações, o que nos parece muito pouco se levarmos em conta a capacidade de realização de tarefas já comprovada dessas pessoas e seu sucesso escolar caso lhes sejam dadas as condições adequadas.

Esse dado, citado na maioria dos trabalhos sobre deficiência visual, pode vir a se tornar um mito caso a educação formal (escolar) dessas pessoas afaste-se da postura visuocêntrica⁴ em que é baseada até os dias de hoje. Ou seja, uma educação pensada para os que enxergam e adaptada aos que não veem.

Repensando a questão, poderíamos inferir algo a respeito tentando nos afastar do paradigma visuocêntrico. Não é porque não podemos ver os planetas, por exemplo, que somos incapazes de entender seus movimentos de rotação, translação e fazer uma imagem mental de sua posição em

relação ao planeta Terra. Essa é uma informação que nos é dada a partir da representação gráfica ou tátil da órbita terrestre. Nesse particular, estamos em pé de igualdade com os que não podem ver, pois, neste caso, nós também não podemos. Todavia, não é por esse fato que passamos a ser enquadrados como pessoas que só compreendem um determinado percentual da explicação. Voltando no tempo, podemos lembrar o quão difícil ou fácil foi nossa experiência nesse campo, quando, na escola, fomos incitados a representar mentalmente os movimentos da Terra. Como era difícil para a grande maioria das crianças entender que, apesar de andarmos em linha reta, estamos “girando” e ao mesmo tempo “rodando” em torno do Sol. E quanto à gravidade? Representar graficamente esse tema, ou seja, desenhar a Terra com seus habitantes sobre sua face, era quase uma impossibilidade. Todavia, tal entendimento, fruto dessa abstração, que, diga-se de passagem, muitos adultos não conseguem fazer, é cobrado e faz parte do cotidiano escolar como se fosse muito simples de ser compreendido.

A discussão sobre a compensação da visão, citada em alguns trabalhos comentados por Hatwell (2003) (em seu livro no qual são alencadas as pesquisas mais recentes realizadas nesse campo teórico), é contestada em outros. Para nós, de acordo com nossa experiência empírica e que é consenso até mesmo entre as pessoas cegas, não se pode dizer que a visão seja compensada pelos outros sentidos. Torna-se importante ainda mencionar que, para alguns autores, a falta da visão pode influenciar negativamente o desempenho dos outros sentidos. Apesar de em princípio não concordarmos em parte com essa teoria, separamos um trecho do trabalho de Santin e Simmons (2000, p. 17), em que aparece o comentário sobre essa questão:

Faltando a visão, os sentidos restantes – audição, tato, olfato e paladar – têm de funcionar sem a informação e a integração que a visão proporciona. Por conseguinte, os dados originados dos outros sentidos são intermitentes, fugidios, sequenciais e necessariamente recebidos de forma fragmentada. *Não existe uma compensação sensorial mágica. Com efeito, inicialmente os outros sentidos parecem diminuídos* na ausência da visão, e as crianças cegas frequentemente parecem não ter a percepção de seu ambiente e necessitam de estimulação adicional (GIBSON, 1969; CAROLAN, 1973; CHASE, 1972; KEELER, 1958). (grifos nossos)

Discordamos do que foi dito em relação à diminuição dos outros sentidos, bem como quanto à percepção tátil de seu ambiente. O que ocorre, e isto já foi bastante divulgado em diversos artigos, é que essa criança tem de ser estimulada para esse comportamento (ponto com o qual concordamos com a premissa), e, vencendo essa etapa, ela leva mais tempo para totalizar a ideia do ambiente. O tempo gasto é, então, maior, pois a visão é imediata e *globalizadora*, enquanto o tato, apesar de também ser imediato, é *sequencial*.

Ainda com relação à compensação, o que podemos dizer a esse respeito, tentando explicar melhor a questão, seria que o cego, focando sua atenção nos sentidos remanescentes e utilizando-se perfeita e ininterruptamente destes, confere a estes, por sua utilização constante, grande habilidade e, por conseguinte, a possibilidade de um melhor desempenho.

Diderot (1979) já nos indica algo a esse respeito quando relata uma passagem na qual utiliza o conceito de exercício para se referir à habilidade de um cego, ao reconhecer e distinguir medalhas falsas de verdadeiras:

O exemplo do ilustre cego prova que o tato pode tornar-se mais delicado que a vista, quando aperfeiçoado pelo exercício; pois, percorrendo com as mãos uma série de medalhas, ele discernia as verdadeiras das falsas, embora as últimas fossem tão bem contrafeitas a ponto de enganar um conhecedor dotado de bons olhos. (Ibid., p. 10)

Ainda sobre essa questão, podemos pensar que se a visão pudesse ser compensada (com o sentido de substituir) por qualquer outro sentido, as pessoas cegas não sofreriam tanto com os

impedimentos que sua deficiência causa, como, por exemplo, a locomoção. Essa é uma discussão muito antiga e poderíamos citar inúmeros autores; no entanto, focalizaremos dois de décadas bem distantes, mostrando, assim, que o estudo é atual. Senão, vejamos: Fraiberg e Freedman (1964) e Hatwell (2003) referem-se à movimentação no espaço como uma das maiores dificuldades a serem superadas pelo indivíduo cego. Muito se poderia discutir, ainda, sobre esse tema, que é relevante para nós, todavia, não constitui o único foco deste trabalho; passemos agora a outro mito.

Sabendo-se que só passamos a ver se formos estimulados a isso, mesmo tendo nosso aparato visual em perfeitas condições, e que não conseguiríamos enxergar, caso fôssemos mantidos, desde o nascimento, em uma sala escura, podemos inferir que o sentido da visão forja-se na medida em que o utilizamos ou não, ou seja, se dá na experiência. O funcionamento visual é um comportamento aprendido: “quanto mais experiências visuais uma criança tiver, mais condutos cerebrais serão estimulados, o que dará lugar a uma acumulação de imagens visuais variadas e de recordações” (BARRAGA apud MARTIN; BUENO, 2003, p. 45).

A partir dessas premissas, desconstruímos outro mito: aquele segundo o qual o indivíduo que nasce com o olho perfeito está, por si só, capacitado a ver, e que talvez seja possível recuperar a percepção visual, caso se reverta uma patologia oftalmológica.

A percepção visual é construída na interação olho-cérebro, e a visão, o ver algo, é um comportamento aprendido por meio da estimulação que o ambiente fornece ao olho. Nessa relação, que se dá na experiência, passamos a decodificar o que estamos vendo, percebemos contornos, discriminamos formas, adquirimos a noção de profundidade e vemos o mundo em perspectiva, entre outras habilidades. Nesse ato de interação, tanto da visão com o ambiente como desta com todos os nossos outros sentidos, memorizamos percursos, rostos, cores, enfim, imagens, com as quais criamos o nosso mundo.

Sacks (1995) nos diz a esse respeito que: “não se vê, sente ou percebe em isolamento; a percepção está sempre ligada ao comportamento e ao movimento, à busca e à exploração do mundo. Ver não é suficiente; é preciso olhar também” (p. 132).

O que foi dito nos remete ao que esse autor exemplifica quando se refere ao caso de um cego precoce que, depois de adulto, opera os olhos, por insistência de sua noiva, mas que mesmo obtendo sucesso na cirurgia demonstra dificuldade para usar a visão. As conexões cerebrais, advindas da experiência do ato de ver, faziam falta, dificultavam a discriminação das imagens percebidas. Para Virgil, nome do personagem em questão, as imagens eram confusos borrões sem identificação. Nesse sentido, cabe fazermos a distinção entre percepção visual e sensação visual, para que entendamos perfeitamente o que aconteceu nesse caso.

O que denominamos “sensação” e o que chamamos “percepção” diferem um pouco nos respectivos significados. A sensação se refere à simples consciência dos componentes sensoriais e das dimensões da experiência. O perceber supõe as sensações acrescidas dos significados que se lhes atribuem em resultado da experiência. (TELFORD; SAWREY, 1971, p. 179)

Portanto, a cirurgia de Virgil devolvia-lhe de imediato a experiência da sensação visual; todavia, ainda não lhe conferia a percepção visual.

Nós que nascemos com a visão mal podemos imaginar tal confusão. Já que, possuindo de nascença a totalidade dos sentidos e fazendo as correlações entre eles, um com o outro, criamos um mundo visível de início, um mundo de objetos, conceitos e sentidos visuais. Quando abrimos nossos olhos todas as manhãs, damos de cara com um mundo que passamos a vida aprendendo a ver. O mundo não nos é dado: construímos nosso mundo através de experiência, classificação, memória e reconhecimento incessantes. (SACKS, 1995, p. 129)

O mundo não nos é dado, é construído na experiência. Nosso acervo de conhecimento advém das experiências pelas quais passamos ao longo de nossa existência. São elas que nos abrem novos caminhos e possibilidades de estar no mundo. Esse acervo, que podemos comparar a uma biblioteca, com livros que consideramos apaixonantes, outros que nos são a princípio indiferentes e outros que não desejamos ler, seria, nesse sentido, nossa coleção de experiências com as quais nos relacionamos das mais diferentes formas. São estas que nesse caso da experiência visual trazem significado ao que é visto.

Como já foi dito na comparação, algumas experiências nos são caras, outras, nem tanto, e outras nos remetem a maus momentos, mas todas elas fazem parte de nossa vivência e permitem ao nosso caminhar mais conhecimento sobre o trajeto.

Voltando-se ao caso de Virgil, agora em uma observação da experiência em si, e tentando analisar o que se passava, questionamos: que experiência era aquela na qual a expectativa do cirurgião com a recuperação de Virgil era agora diversa da maioria de suas vivências anteriores, pois, de costume, operava pessoas que tinham visto até bem pouco tempo antes da cirurgia? Agora, ao tirar os tampões dos olhos daquele paciente, deparava-com um novo quadro no qual o sucesso da operação não significava devolver a visão? E o que dizer da noiva de Virgil, imaginando um novo companheiro que mudaria de atitude, construindo a partir da recuperação da visão uma nova relação com o mundo? Por fim, o que dizer de Virgil? Todos pareciam estar vivendo uma experiência, mas uma experiência de estranhamento. Principalmente Virgil experimentava algo completamente novo: a experiência da sensação visual e a expectativa a princípio frustrante de uma percepção visual. Como já foi visto anteriormente, Virgil teria de aprender a ver novamente; todavia, esse era um fato novo e inesperado para todos. O sucesso cirúrgico não significava a recuperação da visão. Todos esses personagens viviam naquele momento algo semelhante ao que Kastrup (1999) nos relata como sendo uma experiência de estranhamento, uma experiência que suscita e impõe outra *cognição*. Um novo modo de problematizar uma questão dada. Kastrup nos dá o exemplo da volta à casa onde moramos na infância e onde nossas impressões de sua dimensão se reconfiguram, ao retornarmos a ela, anos mais tarde. “O reconhecimento mistura-se a um estranhamento acerca das dimensões da casa. O imenso quintal parece agora um pequeno pátio, a antiga escada não passa de alguns degraus, o portão, embora o mesmo, revela-se outro” (p. 58).

Refletamos, então, sobre como processamos experiências que consideramos conhecidas e que nos impactam por serem percebidas de outra forma quando se dão em outro contexto, em outra temporalidade. Nesse exemplo, percebemos como nosso modo de perceber o mundo está imerso na experiência e contextualizado por ela.

No caso analisado anteriormente, todos (talvez menos Virgil) esperavam que o sucesso da recuperação fisiológica dos olhos do paciente significasse também o sucesso de sua experiência de percepção visual. Isso não ocorreu, porque não havia na memória de Virgil imagens visuais acumuladas para que ele pudesse fazer as conexões meio-olho-cérebro que resultassem em uma experiência de ver e enxergar; o que acontecia era uma experiência de sensação visual. No caso de Virgil, “não havia uma ‘casa’ para onde voltar”, não existiam imagens que ele pudesse recordar de imediato e que conferissem à sua sensação visual algum significado. Virgil teria de reaprender a ver. E por que reaprender? Porque em algum momento de sua vida Virgil viu; no entanto, isso não o qualificava a ver novamente e de imediato. E por quê? Porque as imagens não se mantêm intactas em nossa memória caso tenhamos perdido a visão por muito tempo. Vão se perdendo e sendo esquecidas, e, caso voltemos a ver, são lentamente recuperadas em um novo processo de aprendizagem.

Virgil ainda reconhecia nos borrões que passou a enxergar um pouco de forma, que, por intermédio de uma ligação feita entre o sentido da audição e o da visão, o fez, ao ouvir a voz de seu cirurgião, identificar algo que mesmo sem forma parecia ser o rosto de seu médico. Havia aí um processo explícito de problematização dos esquemas de reconhecimento. Virgil passava pela mesma experiência de estranhamento já comentada, “*é ou não a casa em que morei*” (ibid.). Isto é ou não um rosto? Estou ou não vendo? O que estou vendo? Essa experiência de recuperação da percepção visual era possível para Virgil, mas requeria que antigas conexões cerebrais fossem restauradas pouco a pouco, ou seja, que sua memória visual adquirida na infância fosse recuperada.

Como seria esse processo para aquele que nunca viu? Seria possível que, recuperando a visão, conseguisse também recuperar a percepção visual?

Já nos idos do século XVIII, Diderot comentava sobre essa questão e discutia a posição de dois interlocutores, os quais divergiam sobre a capacidade de um cego de nascença recuperar a percepção visual caso lhe fossem operados os olhos e retirassem suas cataratas. Como se comportaria essa pessoa quando, ao se lhe apresentar um cubo e uma esfera, antes reconhecidos pelo tato, lhe fosse solicitado que dissesse, apenas usando sua visão, qual era o cubo e qual era a esfera? Como seria seu comportamento, que mecanismos cognitivos usaria para dar conta do problema? Essa é uma questão que ainda hoje é investigada por meio das novas tecnologias de neuroimagem e das pesquisas no campo da cognição de deficientes visuais.

4. Conclusão

Quando falamos sobre mitos que perpassam o imaginário coletivo, estamos tentando desconstruir pensamentos e crenças que ao longo do tempo foram absorvidos pela sociedade como sendo inerentes à cegueira e aos indivíduos com deficiência visual, como dissemos amparados na maioria das vezes no senso comum. Além dessas, muitas outras crenças marcaram, durante a história da humanidade, o olhar dos que enxergam sobre aqueles privados do sentido da visão. Todavia, é importante mencionar que a cegueira foi, e parece ainda ser, algo cercado por falsas premissas geradoras de mitos.

Ao falarmos que o ato de ver se dá na interação olho-estímulo-cérebro, e que por meio dessa interação o organismo inicia um aprendizado que torna possível a visão, percebemos, nós que enxergamos, que esse sentido responsável pela maioria das informações que recebemos do meio é um sentido nobilíssimo, dotado de características únicas e insubstituíveis. Todavia, isso não quer dizer que a pessoa cega não encontre formas para suprir sua falta. O que se quer frisar é que não há uma forma de substituir o sentido da visão, e, sim, uma elaboração de novas formas de utilização dos sentidos remanescentes.

Finalmente, quando analisamos a experiência da recuperação da visão por um deficiente visual, demonstramos que, além do fator aprendizagem, esse movimento de recuperação de um sentido reconfigura toda a interação dos outros sentidos e confere à *experiência da percepção visual uma dimensão subjetiva considerável. Nesse aspecto, estamos tentando demonstrar que há uma relação no mínimo curiosa entre o desejo dos que enxergam e o daqueles que não veem.* Quase que uma imposição visual que desconsidera a eficiência possível dos demais sentidos. Por isso é importante respeitar que este pode não ser o desejo da pessoa cega, pois ela já construiu uma relação com o mundo, independente da percepção visual, e relaciona-se com este a partir de uma invenção de si particular e intransferível, de uma forma completamente diferente da dos “videntes”. Essa relação que compreende a aceitação da diferença engloba outra postura, na qual no diverso, no diferente podemos e devemos excluir a observação do *deficit* e focarmos o olhar na capacidade de invenção e de superação. Entendemos como defeito o que na verdade é um *deficit*.

Olhando a questão desse ângulo, mesmo correndo o risco de ser redundante, podemos dizer que esse ato engloba outra VISÃO de mundo.

NOTAS DE RODAPÉ

1 A filosofia bachelariana é percebida como um viés possível para dar suporte à interface teórica entre os referenciais da educação, deficiência visual e cognição inventiva.

2 Mesmo entendendo que a mídia lança mão de divulgação sem fornecer fontes científicas, o imaginário e o senso comum ficam marcados por essa divulgação, fato pelo qual utilizamos citação neste texto.

3 Cinestesia: Sentido pelo qual se percebem os movimentos musculares, o peso e a posição dos membros (AURÉLIO, 1995, p. 151). Sinestesia: Relação subjetiva que se estabelece espontaneamente entre uma percepção e outra que pertença ao domínio de um sentido diferente; ex.: um som que evoca uma imagem (AURÉLIO, 1995, p. 602).

Cinestesia – referente ao movimento, cine, cinema, cinemática.

Sinestesia – referente à substituição sensorial.

4 Visuocêntrica – termo que Joana Belarmino propõe para caracterizar a supremacia do sentido da visão sobre os outros sentidos. Paradigma que marca, também, as pesquisas sobre o perceber e o conhecer na filosofia ocidental.

REFERÊNCIAS

BACHELARD, Gaston. O novo espírito científico. In: **Os pensadores**. São Paulo: Abril Cultural, 2003.

BELARMINO, J. **Aspectos comunicativos da percepção tátil**: a escrita em relevo como mecanismo semiótico da cultura. Tese (Doutorado) – Programa de Pós-Graduação em Comunicação e Semiótica, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2004.

BRUNO, Marilda M.; MOTA, Maria da Glória B. **Programa de capacitação de recursos Humanos do Ensino Fundamental**: deficiência visual. Brasília: Seesp/MEC, v. 1, n. 2-3, 2001.

COBO, A.; RODRIGUEZ, M.; BUENO, S. T. **Desenvolvimento cognitivo e deficiência visual**. São Paulo: Santos Livraria, 2003.

DEWEY, John. A arte como experiência. In: **Os pensadores**. São Paulo: Abril Cultural, 1980.

DIDEROT. Carta aos cegos para o uso dos que vêem. In: **Textos escolhidos**. São Paulo: Abril Cultural, 1979.

FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. **Novo dicionário da língua portuguesa**. 1. ed. 10. imp. Rio de Janeiro: Nova Fronteira.

FRAIBERG, S.; FRREDMAN, D. A. Studies in the ego development of the congenitally blind child. **Psychoanalytic Study of the Child**, n. 19, p. 113-169, 1964.

HATWELL, Yvette. **Psychologie cognitive de la cécité précoce**. Paris: Dunod, 2003.

JAPIASSU, Hilton. **Apostila do curso de educação a distância**. Rio de Janeiro: Teoria da Informação, UFRJ, 2002.

_____. **Nascimento e morte das ciências humanas**. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1982.

KASTRUP, Virgínia. **A invenção de si e do mundo**. Campinas: Papyrus, 1999.

MARTÍN, M. B.; BUENO, S. T. **Deficiência visual – aspectos psicoevolutivos e educacionais**. Tradução Magali de Lourdes Pedro. São Paulo: Santos Livraria, 2003.

MONTEIRO, Lucia Maria Filgueiras da S. A importância das atividades corporais no processo de alfabetização da criança cega. **Benjamin Constant**, ano 10, n. 29, p. 19-28, dez. 2004.

_____. **O corpo como agente da cognição de crianças cegas**: uma questão de experiência. Tese (Doutorado) – Instituto de Psicologia, Universidade Federal do Rio de Janeiro – UFRJ, Rio de Janeiro, 2009.

_____. **O retorno de deficientes visuais ao espaço da escola especial**: afinal como caminha a inclusão? Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal do Rio de Janeiro – UFRJ, Rio de Janeiro, 2003.

RATHEGEBER, J. Arthur. Manitoba vision screening study. **Journal of Visual Impairment e Blindness**, v. 75, n. 6, 1981.

SACKS, Oliver. **Um antropólogo em Marte**: sete histórias paradoxais. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

SANTIN, Sylvia; SIMMONS, Joyce Nesker. Problemas das crianças portadoras de deficiência visual congênita na construção da realidade. **Benjamin Constant**, v. 16, 2000.

OMS. Disponível em: <<http://www.who.int/mediacentre/factsheets/fs282/es/index.html>>. Acesso em: 13 mar. 2001.

TELFORD, W. C.; SAWREY, M. J. **O indivíduo excepcional**. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1984.

_____. **Psicologia, uma introdução aos princípios fundamentais do comportamento**. São Paulo: Colares, 1971.

TOMPSON, J. Development of facial expression in blind and seeing children. **Arch. of Psychol.**, n. 264, p. 1-47, 1941.

Lucia Maria Filgueiras da Silva Monteiro é professora do Instituto Benjamin Constant, doutora em Psicologia e mestre em Educação pela UFRJ.